

Senhora professora: permita-me agradecer-lhe a honra que me fez ao apresentar-me com palavras tão elogiosas. Não estou certo de fazer jus a tudo o que disse, mas interpreto-o como um sinal precioso de amizade. Já que é a mim que cabe a honra de abrir os trabalhos, já que, conforme o programa, sou o primeiro dos historiadores estrangeiros a falar, permita que expresse aos nossos amigos do CPDOC o nosso reconhecimento por terem-nos convidado e associado à comemoração do vigésimo aniversário de seu Centro de Pesquisa e Documentação. Este agradecimento, da minha parte, não constitui apenas um rito de cortesia. É a expressão de uma convicção profunda, que se fortaleceu com a experiência dos anos, da utilidade e, diria até, da necessidade dos contatos entre historiadores de países diferentes e do confronto de suas experiências.

De fato, embora toda escola histórica – e dou aqui à palavra escola um sentido geográfico, designando os historiadores das diferentes sociedades nacionais – tenda por definição à objetividade e tenha como meta a busca da verdade, ela é também tributária da história do seu próprio país. Quando evoco essa dependência da pesquisa histórica em relação às condições singulares do país onde se desenvolve, não me refiro particularmente aos preconceitos de ordem nacionalista que podem ser ensejados pelo amor próprio, quando os historiadores se colocam a serviço de um determinado Estado para justificar suas reivindicações ou para bajular seu orgulho nacional. Felizmente, nos nossos países, esses preconceitos de modo geral foram ultrapassados, e os historiadores sabem elevar-se acima desse tipo de paixão. Refiro-me, mais precisamente, aos pressupostos intelectuais, aos postula-

dos implícitos, às referências ideológicas que os historiadores compartilham necessariamente com seus compatriotas e contemporâneos. Esses pressupostos também são tributários do movimento de idéias, daquilo que, segundo o ponto de vista adotado, é chamado de moda (quando se vive de forma mais superficial, menos explícita), de ideologia dominante, ou de tradição intelectual e filosófica (aquela na qual os historiadores foram criados e se desenvolveram). Ora, essas tradições são diferentes segundo os países. Vemos muito bem o que pôde representar para a historiografia italiana a influência de um Croce, ou para os historiadores alemães, durante algum tempo, a influência de Meinecke. É isto que justifica, que torna necessário e, de certa forma, transforma num imperativo o encontro, o diálogo, a confrontação entre os historiadores. Podemos esperar desses colóquios dois benefícios: de um lado, a relativização das nossas peculiaridades, e, de outro, a descoberta de convergências. Este segundo aspecto talvez seja o que mais irá reter nossa atenção no decorrer desses três dias. E esta é a razão pela qual, pessoalmente, sou grato aos organizadores deste encontro. Quero elogiar a direção do CPDOC por não ter limitado sua comemoração a um rito festivo ou de sociabilidade, e por ter decidido fazer deste evento a ocasião de uma reflexão conjunta sobre nossos objetivos, nossos métodos e nossas finalidades.

O que vou fazer aqui é tentar trazer minha modesta contribuição a este trabalho coletivo, inspirando-me no exemplo da França. Quando falo em exemplo, sinto que a escolha do termo não é muito boa: ele pode gerar um equívoco, pode ser interpretado como portador de uma apreciação positiva. Quem fala em exemplo pode estar pensando em modelo. Quero que fique bem

entendido – e tenho certeza de que o que vou dizer é compartilhado pelos meus compatriotas – que não nos passa pela cabeça apresentar a experiência dos historiadores franceses como um modelo no qual os historiadores dos demais países deveriam inspirar-se, ou ao qual deveriam referir-se. Considerem a palavra exemplo como sinônimo de caso particular, ilustração de uma reflexão mais geral.

Quanto à escolha do tema da minha intervenção, pensei, ao ser solicitado, no acontecimento que motivava este encontro e nas finalidades do CPDOC, o que me fez hesitar entre dois assuntos. O primeiro deles, que acabei por abandonar, dizia respeito à duração – sabe-se o quanto a duração é importante para a história, já que ela é a própria matéria do nosso estudo. Mas, como o CPDOC se interessa de forma privilegiada e quase exclusiva pela história mais contemporânea, minha tentação foi voltar às razões que justificam que o historiador possa considerar que o período mais recente constitui um objeto de estudo científico. Esta tentação tornou-se maior ainda na medida em que tomei consciência do parentesco, das analogias, entre as preocupações do CPDOC e as de algumas instituições a que estive ligado. Presidi ao nascimento de um organismo que é, de certa forma, o equivalente francês do CPDOC e que foi criado no final dos anos 70 por iniciativa do Centre National de la Recherche Scientifique. Trata-se do Institut d'Histoire du 'Temps Présent, que, por sua vez, recolheu a herança de outro organismo, o Comité d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale. Presidi durante 12 anos o comitê científico do IHTP, o que significa que nada do que diz respeito à história contemporânea me deixa indiferente ou me é estranho.

Vale a pena evocar as razões que justificam meu interesse pelo tempo

presente, já que tal coisa nem sempre pareceu evidente. Sendo provavelmente aqui um dos mais velhos, devo dizer que fiz meus estudos de história na época que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Naquele tempo, na França pelo menos, nossos professores, os historiadores mais antigos, sequer imaginavam que os historiadores pudessem interessar-se por acontecimentos relativamente recentes. Trinta e cinco anos atrás, em 1957, publiquei na *Révue Française de Sciences Politiques* um artigo intitulado “Em defesa da história abandonada”. Esta “história abandonada” era, de fato, a história dos quarenta anos que acabavam de passar. Até então, ninguém imaginava que o que tinha ocorrido após o 1º de agosto de 1914 pudesse ser da competência dos historiadores. Devia ser deixado para os outros. Era realmente história?

Na verdade, as razões pelas quais as gerações anteriores demonstravam reservas ou desconfiavam da história contemporânea não eram desprovidas de valor. Havia principalmente duas razões, e vou evocá-las rapidamente. A primeira referia-se diretamente à possibilidade material de se fazer uma história contemporânea científica. Não existe história sem fontes, e na época considerava-se que as fontes essenciais eram as fontes de arquivo. Já que estas deviam permanecer incomunicáveis durante cinquenta anos, pensava-se que era impossível implementar uma história científica e que tudo o que se fizesse só poderia ser aleatório, subjetivo e discutível. Entendemos melhor depois que talvez houvesse outras fontes, houvesse substitutivos. Ontem, quando visitei o CPDOC, fiquei muito impressionado com o espaço que ocupam, de um lado, o recolhimento dos arquivos privados e, de outro, os depoimentos da chamada história oral.

A segunda objeção ligava-se ao sujeito, isto é, ao historiador. As gerações anteriores duvidavam da possibilidade de acedermos à objetividade quando se tratava de acontecimentos nos quais havíamos estado mais ou menos envolvidos, dos quais havíamos sido testemunhas, observadores, os quais haviam suscitado em nós reações, engajamentos, tomadas de posição. O historiador é um ser impregnado de paixões, compartilha os preconceitos próprios do seu tempo, da corrente de pensamento a que pertence. Será que pode dividir-se? Não será melhor esperar que o tempo tenha cumprido seu papel e que o distanciamento tenha acalmado as paixões? Hoje em dia, estas objeções foram felizmente superadas. Ganhamos o processo em favor de uma história próxima, e ela hoje está integrada ao trabalho do historiador. Sempre desejei isso, por não pensar que existisse uma diferença de natureza entre a história longínqua e a história recente, já que a fronteira que separa o presente do passado está fadada a apagar-se. Sempre desejei isso, também, numa perspectiva que eu chamaria de cívica. A história, a meu ver, faltaria com uma de suas funções se não assegurasse uma compreensão do presente, uma inteligibilidade dos problemas com os quais nos defrontamos. Acredito que hoje em dia a causa esteja ganha. Está comprovado que não é impossível para os historiadores distanciarem-se de seus preconceitos. Em conseqüência, o passado, mesmo aquele mais próximo, encontra-se reintegrado, incorporado ao domínio da história. É melhor assim do que abandoná-lo a outras disciplinas.

O tema que finalmente elegi, com o consentimento dos organizadores, e cujo título consta do programa – *Por que a história política?* – não se define pela posição do período estudado na sucessão

do tempo, e sim pela natureza dos fatos sobre os quais concordamos em nos debruçar. É sobre isto que eu desejaria, agora, tecer alguns rápidos comentários. Partiremos de uma observação elementar, de uma constatação perfeitamente banal – mas os lugares-comuns comportam uma parte de verdade que é importante estudar e explorar – que é a seguinte: a história se apresenta como uma totalidade não dividida e global. Periodicamente, os historiadores alimentam a ambição, um pouco insana, de fazer uma história total. Mas é o espírito humano quem introduz, nesta totalidade, distinções. É a inteligência quem realiza cortes, quem distingue, por exemplo, uma história econômica – que se refere à produção dos bens, à sua troca, à sua circulação –, uma história social – que privilegia a organização da sociedade, estabelecendo uma distinção entre os diferentes grupos, tentando elucidar as relações de aliança, de oposição, de direito e de fato que os unem –, uma história cultural, uma história das idéias, uma história militar, uma história religiosa ou uma história política. Apesar de serem produtos do espírito, essas distinções não são totalmente arbitrárias. Elas expressam uma certa parte da realidade, correspondem a uma certa diferenciação do real. Cada uma dessas séries necessita de uma abordagem apropriada. A questão, então, é determinar neste conjunto, entre as diferentes séries que o espírito analisa, o lugar da chamada história política.

Que parte de sua atenção o historiador pode, legitimamente, dedicar à história política sem se desviar de outras realidades que requereriam, talvez mais, seu interesse e sua atenção? Entendemos aqui que a ambição de todo historiador é atingir as verdadeiras realidades e que, não podendo captar a história em sua totalidade, devido à insuficiência do espírito humano, ele ten-

tará dedicar-se ao mais significativo e ao mais explicativo. A resposta à pergunta acima é assim inseparável da idéia que fazemos da categoria capaz de introduzir, com o maior grau de certeza possível, a intelegibilidade do real, ou seja, da categoria que contém a maior carga explicativa. A pergunta é, em outros termos, a seguinte: o que é determinante? Não resta dúvida de que se, no conjunto das realidades, existem algumas que são determinantes e outras determinadas, parece mais lógico interessarmo-nos mais pelas primeiras do que pelas segundas. Se uma categoria de realidade for apenas o reflexo de outra coisa, por que não nos interessarmos prioritariamente pela fonte da luz, ao invés de seu reflexo?

No fundo, é isto o que está em jogo em toda discussão sobre a validade e a legitimidade da história, quer se trate da história econômica, da história social, religiosa, cultural ou política. Esta é a questão à qual importa trazer uma resposta. Trata-se de uma interrogação fundamental. Ela deveria até mesmo preceder e constituir um pressuposto de toda pesquisa histórica. Isto nem sempre ocorre porque, muitas vezes, o pesquisador é envolvido por um encadeamento de circunstâncias, sem desenvolver uma reflexão prévia. Mas considero bom que, de vez em quando, os historiadores se distanciem um pouco de seu trabalho e se perguntem qual é sua razão de ser. Isto significa que faz parte do trabalho do historiador uma reflexão periódica sobre seus próprios pressupostos. Essa passagem do implícito ao explícito é altamente desejável, e esta é uma das razões pelas quais sou grato ao CPDOC, por oferecer-nos a ocasião de nos fazermos mutuamente esse convite.

A pergunta geral é: onde estão as realidades verdadeiras? O que é primordial na realidade? Esta pergunta se coloca, como disse, para todas as

categorias de fatos que o espírito distingue ou isola. Aplicada ao político, ela teve várias respostas ao longo do tempo. Sem percorrer de novo a história de suas variações e vicissitudes, diria sumariamente que, se outrora, no século XIX ou no início do século XX, a chamada história política desfrutou de um prestígio inigualado, exercendo um *imperium* e uma hegemonia sobre o resto da disciplina, a profunda renovação que atingiu a história na França se fez, de modo geral, em reação e contra ela. De certa forma, a história política passou a ser denunciada como um contra-exemplo. Ela reunia todos os defeitos contra os quais as novas gerações de historiadores desejavam definir-se, reagindo a uma negligência demasiado prolongada dos historiadores mais velhos frente a outras realidades não menos importantes, entre elas o trabalho, as relações sociais, a economia.

Todavia, nas duas últimas décadas desenhou-se uma inversão de tendências. Falou-se em “retorno do político”. Não gosto nem um pouco desta expressão, porque ela faz pensar que se trata de uma volta atrás ou de uma restauração, quando, na verdade, trata-se de algo completamente diferente, de uma outra história, que se beneficiou do enriquecimento de todas as gerações anteriores e trouxe, não resta dúvida, o político para a frente do palco. A tal ponto que as Editions du Seuil, na sua pequena coleção *Point-Histoire*, onde há um volume dedicado às escolas históricas na França, achou por bem, na última edição, acrescentar um capítulo de cerca de trinta páginas sobre a “volta do político”. Curiosamente, este volume, que consiste em uma galeria de escolas, termina por um capítulo dedicado não a uma escola, mas a um objeto. Trata-se, de certa forma, de uma mudança na paisagem!

Estamos assim diante de uma dupla pergunta. A crítica outrora feita à história política era justificada? Não seria ela, ainda hoje, pertinente? E, simetricamente, a volta ao político teria fundamento? O que justifica que, hoje em dia, uma parte das objeções feitas seja afastada? Volto à pergunta que já anunciei aqui – e perdoem-me por formulá-la de novo, mas acho que desta forma ela se tornará mais precisa: por que nos interessarmos pela história política? Ou se quisesse usar termos mais pretensiosos e enfáticos: qual será o estatuto epistemológico da história do político? Ou ainda: merecem os fatos políticos constituir objeto de conhecimento científico? A resposta depende do que se pensa, pois se vai responder a uma interrogação que diz respeito à natureza das coisas. E, já que é dos fenômenos coletivos que a história se encarrega e se responsabiliza em primeiro lugar, será que existe, na vida das sociedades, uma ordem de realidades, um conjunto de fenômenos sociais que seja, por natureza, suficientemente distinguível dos outros tipos de realidades para constituir algo específico? Será que existe este conjunto de fenômenos sociais dotado de uma consistência própria, a qual seria relativamente irreduzível a outras realidades, econômicas, sociais ou ideológicas? Um conjunto dotado de alguma autonomia? Insisto: *alguma* autonomia. Não se trata de reivindicar para nenhuma categoria de fatos uma soberania, uma independência absoluta. Será que existe um conjunto dotado de alguma autonomia e que possa, em algumas circunstâncias, se constituir não mais em efeito e sim em causa, que não seja mais determinado e sim determinante? Um conjunto que possa, por conseguinte, imprimir sua marca e influir no curso da história mediante um processo de causalidade que não seria unilinear, e sim recíproco ou circular? Eis a questão.

Começamos por tentar entender por que o político sofreu, durante muito tempo, um certo descrédito. Percebemos assim melhor a urgência da pergunta e poderemos, talvez, nos deter em alguns argumentos. Parece-me que o descrédito que o político sofreu durante uns trinta anos junto à maioria dos historiadores foi resultante de vários fatos. Houve, em primeiro lugar, uma reação natural, um fenômeno geracional. As gerações mais novas foram levadas a se definir em oposição às gerações anteriores e, já que estas superestimaram o político, a ponto de fazer dele o objeto principal, e até regulador, do resto, houve uma reação natural e, acrescentaria, justificada, de oposição. Houve também, certamente – e isto é um fenômeno mais recente –, uma desconfiança em relação ao poder. Vivemos um período de reação contra o poder, do qual só se via o aspecto constrangedor, e particularmente contra o Estado, e essa desconfiança repercutiu de certa forma sobre o estudo do objeto.

Mas houve ainda algo mais: houve a influência difusa de uma filosofia que distinguia as verdadeiras realidades daquelas que, no fundo, não passavam de aparência. Sem nos referirmos de forma explícita a uma filosofia materialista, e particularmente ao marxismo, é bem verdade que prevaleceu durante muito tempo, de forma difusa, uma visão um tanto materialista, que conjugava os postulados mecanicistas de gerações anteriores com o determinismo de uma visão que distinguia, para usarmos o jargão da filosofia, a infra-estrutura da superestrutura. Entendia-se que a infra-estrutura determinava a superestrutura e constituía a verdadeira realidade. O que importava eram as relações de produção, as forças produtivas; o resto era superestrutura e, portanto, mera consequência ou reflexo, quando não a

camuflagem que ocultava as verdadeiras realidades.

Os fatos imateriais – as crenças, as convicções, a religião e... a política – foram relegados a esta superestrutura. Isto levou os historiadores, preocupados em encontrar as verdadeiras realidades, a de certa forma desvalorizar um bom número de aspectos da vida coletiva tais como as instituições, as relações de direito e a vida política. As constituições, por exemplo, não passavam de atos cartoriais que traduziam as verdadeiras relações de força. Deter-se na análise de uma constituição era, de certa forma, tomar gato por lebre. A realidade estava em outro lugar. A constituição não passava de um decalque das relações de força. Nessa perspectiva, o político, de certa forma, não passava de um engodo, não era nada além da transcrição, em um outro registro, de realidades mais fundamentais. O político, por si só, não podia agir sobre o resto, estava na dependência das verdadeiras realidades. O paradoxo – abro aqui um rápido parêntese – é que esta filosofia, que negava à política toda razão de existir, que a declarava impotente, foi, talvez, a que suscitou os mais políticos dos comportamentos, que levou os homens a consagrar sua existência à política. Temos aí um enigma, um desses fatos estranhos, mas que só surpreenderiam aqueles que imaginam que as ideologias obedecem a uma lógica puramente racional.

Esta visão, na verdade, era amplamente compartilhada, e é por esta razão que não me atreveria a reduzi-la unicamente ao marxismo-leninismo. Vou tomar dois exemplos da vida política francesa envolvendo duas personalidades que exerceram sucessivamente a função política suprema durante a Quinta República. Antes de 1981, por exemplo, François Mitterand dizia: "Somos a maioria social, pois os assalariados são

majoritários na sociedade francesa. A esquerda é a expressão política dos assalariados, logo, mais cedo ou mais tarde, aconteça o que acontecer, obteremos a maioria política." Sem ser de forma alguma marxista, François Mitterand adotou de certa forma o postulado de que as posições políticas decorrem necessariamente do *status* social. Quase ao mesmo tempo, seu antecessor na presidência da República, Valéry Giscard d'Estaing, publicava *Démocratie Française*, em que dizia: "O fato principal deste século é a constituição de um grupo central na sociedade francesa, composto pelas classes médias. Por conseguinte, a política deve ser centrista, e a França deve ser governada pelo centro." Giscard d'Estaing não era mais marxista que François Mitterand, mas adotava também uma posição segundo a qual, no fundo, a política ficava na estrita dependência das realidades sócio-econômicas.

O problema está portanto colocado, e podemos subdividir a pergunta em duas, conforme estejamos pensando no comportamento dos atores, dos indivíduos, ou na própria política. Não vou responder a todas as perguntas, mas vou enunciá-las. A primeira, referente à natureza humana, é a seguinte: o que leva o homem a agir na sua relação com a política, nos seus engajamentos, nos seus comportamentos eleitorais? Será a defesa de seus interesses? Serão outros fatores? Convicções? A segunda pergunta é mais importante ainda: qual é o poder da política? Será que a política não faz nada além de transcrever realidades que lhe escapam? Será que a política pode mudar a condição humana? Será que tem poder sobre a realidade? Será que pode influir no curso da história? E, a partir daí, a questão capital será a seguinte: o homem é dono do seu destino?

Voltemos à primeira parte desta interrogação. O que podemos dizer sobre o que leva o homem a agir, sobre suas motivações? Neste ponto, não estamos mais, hoje em dia, desprovidos de recursos. Há uma conclusão que se impõe ao cabo de múltiplas pesquisas realizadas durante meio século sobre a origem das opiniões, das convicções e das crenças: não existe uma relação única de causalidade simples entre a situação, a posição, o *status* dos indivíduos e aquilo em que acreditam, a causa a que aderem e pela qual, eventualmente, dariam espontaneamente até a própria existência. Gostaria de argumentar com dois exemplos.

O primeiro se refere à origem das escolhas políticas. Vocês sabem, sem dúvida, que um dos ramos da história e das ciências políticas (trata-se, de fato, de um traço comum) que mais cedo e mais amplamente se desenvolveram na França é o que trata da origem das escolhas políticas e particularmente da origem da forma como os cidadãos se expressam nas consultas eleitorais. Como ponto de partida, devemos sempre voltar ao grande livro publicado oitenta anos atrás, em 1913, por André Siegfried, intitulado *Tableau politique de la France de l'Ouest*. Siegfried parte de duas constatações que inspiraram várias gerações de historiadores, geógrafos, sociólogos ou cientistas políticos. Em primeiro lugar, se considerarmos as escolhas políticas, a França, por mais unificada que seja, não é homogênea. Ela é plural. Há regiões que não votam da mesma forma que outras; há regiões onde a direita é majoritária e outras onde, ao contrário, a esquerda é mais forte. Esta é uma primeira constatação. A segunda é que existe uma estabilidade muito grande. Há muito tempo que isto se manifesta. François Goguel, discípulo de Siegfried e seu sucessor na presidência da Fondation des Sciences

Politiques, publicou, três décadas depois, outro livro pioneiro, *La politique des partis en France*, onde constata que, de 1849 a 1936, em certos cantões franceses, a repartição dos votos entre a direita e a esquerda não variou de um ponto sequer. Temos, então, ao mesmo tempo, a diversidade no espaço e a constância, a continuidade no tempo. Trata-se de um problema singular que nos coloca uma questão. Como explicar que, a despeito da renovação dos indivíduos, que são substituídos biologicamente, tenha havido semelhante permanência das tradições políticas? Podemos dizer que, desde 1913, esta questão nunca deixou de constituir uma preocupação, e que foram inventoriadas todas as explicações possíveis. Pesquisaram-se as correlações entre os votos e a geografia, a estrutura fundiária, a repartição das terras, a riqueza... Todos os fatores foram examinados. Todas as hipóteses foram levadas em consideração e, de certa forma, testadas. E foi necessário reconhecer que nenhuma delas dava plenamente conta do fenômeno, que não existem correlações fixas. Existem convergências, mas é impossível encontrar uma relação de causalidade. Por conseguinte, os indivíduos não são determinados, e existe uma variação que nos remete a outras realidades de ordem imaterial, ligadas às tradições culturais, à educação.

Este problema foi retomado em outras bases, uns vinte anos atrás, por uma jovem já falecida, Annick Percheron, que estudou a socialização política, a forma como as crianças descobrem a política ou como os adolescentes realizam suas escolhas. É preciso admitir que existe aí uma grande liberdade, que as escolhas políticas realmente constituem um domínio relativamente autônomo e auto-explicativo. Paralelamente, as pesquisas de sociologia religiosa levaram exatamente às

mesmas conclusões – e mais uma vez podemos constatar o valor do intercâmbio entre disciplinas, da pluridisciplinaridade. A sociologia religiosa desistiu de explicar as crenças e os comportamentos religiosos mediante fatores de ordem externa. Uma das conclusões a que levaram notadamente as pesquisas sobre classes, sociedade e religião é a de que, em definitivo, e contrariamente ao que alguns acreditavam, não há correlação entre o grupo social a que determinados indivíduos pertencem, seu *status* profissional e sua fé ou ausência de fé. Por conseguinte, temos aqui um primeiro elemento que sugere que o político exige ser estudado separadamente, não é um simples prolongamento do estudo da composição social, por exemplo.

Segundo argumento: todas as pesquisas realizadas nos últimos trinta anos sobre os processos de tomada de decisão (como é tomada uma decisão? como funciona um governo? como surge um texto de lei?) levaram à percepção da relativa autonomia das decisões políticas em relação aos constrangimentos que sempre se impõem. Não é verdade que elas sejam de certa forma ditadas por necessidades de ordem econômica. Não chegaria a dizer que são frutos do acaso, mas sim que há uma margem de manobra para os políticos, que eles quase sempre podem fazer uma escolha entre várias políticas, e que essas escolhas são feitas por razões antes de tudo políticas. É por demais simplista imaginar que no fundo os políticos não passam de serviçais ou de executivos de grupos de pressão que lhes ditam suas decisões. Em primeiro lugar, porque uma sociedade é sempre suficientemente complexa e diferenciada para que os políticos possam pôr os grupos em confronto entre si, para depois exercer sua arbitragem. Segundo, porque os políticos encontram a força para essas arbi-

tragens nelas mesmas. Terceiro, porque os fatores de ordem política contribuem, por sua vez, para modificar a realidade. As instituições não são apenas a tradução de realidades mais fortes. Elas não são neutras nem indiferentes, elas produzem efeitos, fixam regras, traçam sulcos, modelam as mentalidades e as sensibilidades. Isto ficou muito evidente na França, no decorrer da sucessão de experiências que fizemos depois da Segunda Guerra. Constatamos que uma escolha institucional acarreta transformações profundas nos sistemas de forças e até na expressão das escolhas. Nenhum regime eleitoral é neutro. O fato de termos escolhido, logo após 1958, um sistema baseado no voto majoritário teve toda uma série de efeitos na modificação do quadro político.

Não tentarei definir aqui o que é o político, mas também não podemos perder de vista o fato de que existe um campo próprio do político, ainda que variável. A esfera do político absorve problemas ou questões que não se colocavam antes e que aliás, em alguns casos, tornam a sair dela. Os contornos são pouco nítidos, mas hoje em dia poucos domínios escapam da política. Basta ver a diversidade das chamadas políticas públicas. Existem hoje políticas públicas de saúde, de biologia, de meio ambiente, enfim, de uma série de problemas que nossos antecessores não imaginavam poderem tornar-se um dia objeto de debates políticos ou de escolhas políticas. Sinto-me tentado a dizer que nunca foi tão difícil como hoje descartar o político como um fator superficial ou exterior.

Estes são alguns dos argumentos de ordem geral que me parecem justificar o fato de o historiador interessar-se pelo político. Não quero dizer que todo historiador deva interessar-se pelo político, mas sim que há lugar na família para uma história política. Gostaria ainda de

tecer outras considerações que são mais particulares, que nos tocam mais de perto no exercício da nossa profissão de historiadores e que, na minha opinião, dão foro ao fenômeno político frente às exigências legítimas que a história pode fazer para admitir na sua área uma categoria de fatos. Isto, de certa forma, responde um pouco às críticas anteriores e mostra a mudança ocorrida na idéia que fazemos hoje daquilo que pode ser a história política.

Uma das objeções – e penso que algumas coisas que vou dizer irão ao encontro da experiência do CPDOC – que durante muito tempo foi feita à história política era que no fundo ela só se interessava por um pequeno número de pessoas. Ora, já que tem a ambição de abraçar a totalidade, é normal que a história privilegie aquilo que diz respeito a um grande número de pessoas. Uma biografia individual pode ser esclarecedora, mas é menos interessante do que o estudo de um grupo. Não poucas vezes os historiadores do político se viram acusados de só se interessar por um pequeno número, por aquelas pessoas que desempenhavam um papel principal, que ocupavam a frente do palco, os governantes, os parlamentares, e de reduzir a vida política àquilo que é às vezes chamado de microcosmo político. Ora, esse microcosmo não é o reflexo do macrocosmo, da nação, da sociedade. O historiador, nesse caso, só se interessaria por uma elite, por uma fina película na superfície da sociedade. Seria portanto normal lhe opor a realidade da sociedade profunda. Só há história quando se trata de grandes números. E fica claro que, definida desta maneira, a história política não pode se equiparar ao estudo da demografia, ao estudo do trabalho, da saúde, da alimentação, que são problemas que atingem a todos.

A crítica que se fazia outrora conservaria seu fundamento se o estudo do político devesse reduzir-se apenas aos que “fazem política”, à sua atividade profissional, ao seu ofício, ou seja, àquilo que é às vezes chamado de “classe política”. Não quer dizer que não seja interessante estudá-la: de que forma se constitui? qual é sua importância numérica? como se ingressa nela? Afinal, há toda uma sociologia interessante. Mas, se refletirmos, veremos que o político não interessa subjetivamente apenas aos políticos profissionais, nem se reporta objetivamente só a eles. Pensando bem, praticamente não existe outra atividade que atinja um número maior de homens e mulheres, pelo menos nos países democráticos. O princípio segundo o qual todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados a participar das grandes escolhas políticas faz da política a “coisa de todos”. Mesmo que nem todos façam uso desse direito, todos são chamados, todos estão comprometidos. De outro lado, a política, o que é decidido, não lhes é indiferente. É da política que depende com frequência seu nível de vida, sua segurança e até, em alguns casos, sua própria existência. Mesmo que não se interessem pela política, a política os alcança. Quando um governo decide declarar guerra, todos os homens e mulheres daquele país são envolvidos. Até de um ponto de vista concreto, sociológico, estatístico, o eleitorado de um país democrático constitui seu segmento mais numeroso. Ele é maior do que a população economicamente ativa, maior do que a população masculina, ou feminina. Todos são envolvidos, chamados a votar, a responder a uma pesquisa de opinião. Mesmo a abstenção constitui um fenômeno político. Não se trata apenas de

um vazio, de um avesso, de um negativo. Se a maioria dos cidadãos se recusa a participar de um pleito, este fica desacreditado.

Podemos ver por aí que a história política é algo que estatisticamente satisfaz às maiores exigências. Não é a história de uma minoria, e sim do destino de quase todos. Aliás, sob um ângulo prático, já que a história tem a preocupação legítima de substituir apreciações subjetivas por certezas tão científicas quanto possível, cheguei muitas vezes a dizer que não existe na documentação, para nenhuma categoria de fatos, um banco de dados equivalente àquele constituído pelo conjunto dos resultados eleitorais de todos os tipos de pleitos realizados nos últimos 150 anos – estou falando da França, que tem uma longa história política e onde o voto direto tem quase um século e meio de prática ininterrupta. Há aí um material que pode ser correlacionado com os resultados dos censos demográficos, com os levantamentos estatísticos sobre a propriedade etc. Há material bastante para satisfazer aos espíritos mais exigentes, tanto na história serial quanto na história quantitativa.

Existe outra objeção frequente ao estudo do político, que aliás não é desprovida de fundamento: a de que o político não passa de um material circunstancial, acidental, passageiro. Seria melhor interessarmo-nos por fenômenos de longa duração. Isto reforça, de certa forma, a crítica que era feita ao superficial. Mas é óbvio que o político também se inscreve na duração, e até numa longuíssima duração, contanto que não seja reduzido ao relato anedótico de algumas peripécias, como as da *Journée des Dupes*.* O político

* O “Dia dos Enganados”, 11 de novembro de 1630, é um episódio da história francesa assim denominado porque nessa data os inimigos de Richelieu, notadamente a Rainha-Mãe e Ana de Áustria, viram ruir suas esperanças de assistir à queda do cardeal.

também comporta estruturas que lhe são próprias. As instituições são por natureza duradouras, mesmo quando os regimes se sucedem. Existem constantes que asseguram as tradições do pensamento, configurações que são estáveis, como por exemplo a separação entre direita e esquerda, os hábitos, os comportamentos. É evidente que cada país e, deveria dizer, cada povo mantém com a política uma relação que lhe é peculiar. E essa relação perdura, é perene, é transmitida de geração a geração. É, de certa forma, o que constitui a cultura política – embora não goste muito desta expressão. As culturas políticas variam de um país para o outro em função da experiência de cada um, da sua história. Trata-se, portanto, de heranças, que só evoluem lentamente. Para dar um exemplo simples, no caso da França as eleições constituem claramente um valor importante. Os franceses têm apreço por elas, as taxas de participação são relativamente elevadas. Isto se deve, talvez, a uma longa prática, pois há uma parte de experiência e de aprendizagem. Em contrapartida, eles são muito pouco ligados aos partidos políticos. Os partidos não têm boa reputação e só uma pequeníssima minoria participa deles. Se compararmos com a democracia americana, o contraste impressiona. O cidadão americano participa pouco dos pleitos eleitorais, há uma abstenção maciça e só uma minoria vota, até nas eleições mais importantes, como as presidenciais. Mas em compensação a maioria se sente ligada a um dos dois partidos, e as crianças sabem a qual deles seus pais pertencem.

Esses fenômenos são antigos e provam bem que o político também se inscreve na longa duração. O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do

grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, idéias e até paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade, e tudo isso se expressa na política. Penso até que um povo se expressa tanto na sua relação com a política quanto na sua literatura, no seu cinema ou na sua culinária.

Eis alguns elementos de resposta à pergunta *Por que a história do político?* É desnecessário dizer – embora talvez seja melhor dizê-lo – que nesta tentativa de reflexão e neste esforço de habilitação do político, não vai nenhum tipo de reivindicação de hegemonia a seu favor. Se o político é importante, se é possível pensar hoje em dia que ele faz necessariamente parte do percurso, qualquer que seja a atividade, que ele constitui um dos pontos de condensação da sociedade, é preciso dizer também que nem tudo é político, que não se deve reduzir tudo à política, que o político não está sozinho e isolado, mas guarda relações com o resto, com as demais expressões da atividade humana e com a sociedade civil. Reivindico para o político todo o espaço a que faz jus, mas nada além desse espaço. Chego às vezes a ficar preocupado quando constato o sucesso de que ele goza hoje em dia. Temo que alguns neófitos acabem por esquecer que o político se inscreve num contexto mais amplo e que só se é historiador do político – da mesma forma como se é historiador do econômico ou do cultural – sendo-se também um historiador, não diria da totalidade, o que seria presunçoso, mas um historiador preocupado em inscrever este objeto numa visão de história geral.

Nota: Este texto é a transcrição da conferência pronunciada por René Rémond, traduzida por Anne-Marie Milon Oliveira.